

Número 3, Ano 2. Volume 2, pág. 78-92, Humaitá, AM, jul-dez 2009

OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO ESCOLAR DE EDUCANDOS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO FUNDAMENTAL

Márcia de Fátima Barbosa Corrêa

SEDUC/Subgerência de Educação Especial - RO

marciacacoal@gmail.com

RESUMO: O estudo apresenta resultado de uma pesquisa de mestrado realizada em três escolas regulares do município de Cacoal-RO. Realizou-se um estudo qualitativo com abordagem fenomenológica. Neste objetivou-se compreender o processo de inclusão de educandos com Síndrome de Down em instituições escolares de ensino regular do Ensino Fundamental, bem como apontar o inédito viável de Paulo Freire, como uma perspectiva de concretização do sonho possível, a inclusão escolar, a partir das vozes dos participantes da pesquisa: professoras, mães e colegas desses educandos. Os resultados obtidos revelaram que alguns dos desafios da inclusão do educando com Síndrome de Down pelo olhar das professoras é a falta de capacitação. Outro desafio percebido na fala das professoras é não conseguir que a turma trabalhe conjuntamente, no mesmo ritmo, sendo assim, as professoras estão diante de um limite a transpor. Na visão das mães, o desafio da inclusão do seu filho é o mesmo ser tratado como “igual” no ambiente escolar. Já sob o olhar dos colegas dos educandos com Síndrome de Down, o desafio presenciado da inclusão é a dificuldade de realização das atividades pedagógicas pelo colega, no qual tal participação não se consolida e não denota atuação prazerosa, por parte do educando. Diante dos desafios da inclusão apresentados a pesquisa demonstra que as possibilidades para se efetivar a inclusão do educando com Síndrome de Down nas escolas regulares são incrementar e incentivar estudos e pesquisas que demonstrem sucessos e insucessos de práticas inclusivas, ou seja, o sonho de um inédito viável palpável com a realidade de familiares, educadores e, principalmente, do educando com Síndrome de Down.

Palavras-chave: Desafios. Possibilidades. Inclusão

LOS DESAFÍOS Y POSIBILIDADES DE LA INCLUSIÓN ESCOLAR DE EDUCANDOS CON SÍNDROME DE DOWN EN LA ENSEÑANZA PRIMARIA

RESUMEN: El estudio presenta resultado de una investigación de maestría realizada en tres escuelas regulares de la municipalidad de Cacoal-RO. Se realizó un estudio cualitativo con abordaje fenomenológico, con lo cual se pretendió comprender el proceso de inclusión de educandos con Síndrome de *Down* en instituciones escolares de enseñanza regular de la Educación Primaria, así como apuntar el inédito viable de Paulo Freire, como una perspectiva de concretización del sueño posible: la inclusión escolar a partir de las voces de los participantes de la investigación: profesoras, madres y colegas de esos educandos. Los resultados obtenidos revelaron que algunos de los desafíos de la inclusión del educando con Síndrome de *Down* partiendo de las profesoras está en la falta de capacitación. Otro desafío percibido en el habla de las profesoras es no conseguir que la clase se desarrolle conjuntamente, en el mismo ritmo. Por consiguiente, las profesoras están delante de un límite a transponer. En la visión de las madres, el desafío de la inclusión de sus hijos es debido al hecho de que ellos son tratados como “iguales” en el ámbito escolar. Bajo la mirada de los colegas de

los educandos con Síndrome de *Down*, el desafío presenciado de la inclusión es la dificultad de realización de las actividades pedagógicas por sus colegas, en las cuales tal participación no se consolida y no denota una actuación placerosa por parte del educando. Delante de los desafíos de la inclusión presentados, la investigación demuestra que las posibilidades para se efectuar la inclusión del educando con Síndrome de *Down* en las escuelas regulares son incrementar e incentivar estudios e investigaciones que demuestren sucesos e insucesos de prácticas inclusivas, o sea, el sueño de un inédito viable compatible con la realidad de los familiares, educadores y, principalmente, del educando con Síndrome de *Down*.

Palabras-clave: Desafíos. Posibilidades. Inclusión.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar, enquanto paradigma emergente na sociedade atual objetiva a construção e transformação da escola em um ambiente acolhedor, onde haja a ressignificação de concepções e práticas.

Neste sentido, enfatizamos o contexto histórico do tratamento dispensado as pessoas com deficiência, onde o educando com algum tipo de deficiência foi discriminado no ambiente escolar, contudo foi no decorrer da história, atendendo suas necessidades de aprendizagem, construindo-a arduamente, principalmente no que se refere à Síndrome de Down, objeto desse estudo. Durante esse percurso, o educando com Síndrome de Down vem apropriando-se dos seus direitos de acesso e permanência na escola, por ser uma questão de direitos humanos conquistados historicamente.

A Síndrome de Down emerge de um contexto histórico. A sociedade considerava as pessoas com Síndrome de Down diferentes do padrão de normalidade, as quais eram excluídas e tipificadas por termos que Sasaki (2005) considera incorretos, tais como: mongol e mongolóide. Segundo o autor, estes termos refletem o preconceito racial da comunidade científica do século XIX e as terminologias enfatizam preconceitos, estigmas e estereótipos.

Nesse sentido, compreender o processo de inclusão de educandos com Síndrome de Down em instituições escolares de Cacoal-RO, principalmente sob a perspectiva paulofreireana, com base na prática inclusiva freireana desenvolvida e no inédito viável, soma-se o desejo, para o pesquisador e educador, de construir e vivenciar uma sociedade mais justa e igualitária, na

busca de uma cultura de paz, em consonância com as concepções de Boff (2006).

A interrogativa que norteou este estudo é: Como acontece a inclusão escolar de educandos com Síndrome de Down em escolar regular? Assim, o problema investigado possui incursões teóricas, dentre as quais autores como Freire (1994a, 2003b), Boff (2006), Mantoan (2003), Sasaki (1997), Mazzotta (1995), Voivodic (2008), Kirk & Gallagher (1996), Edler Carvalho (2004), Mendes (1995), Pessotti (1984), entre outros.

Frente à fundamentação teórica e à problematização, esta pesquisa teve também como objetivo identificar aspectos que apontassem os limites e desafios do processo de inclusão. E, nesse rumo, refletíamos sobre as situações-limite vividas pelo professor sem a devida formação; sobre o quanto ele tinha que desenvolver em si mesmo o afeto pelo educando diferente; sobre qual seria a saída teórico-metodológica; sobre qual seria a saída política.

Longe de estar equacionado, o problema da inclusão no Brasil exige-se grandes discussões, afinal, o cidadão comum precisa ser incluído com dificuldades ou não, com deficiência ou não.

Dentre as teorias que defendem a inclusão escolar a todos os educandos sem exceção, às salas de aula do ensino regular, Paulo Reglus Neves Freire aponta sobre a possibilidade do processo de inclusão como “inérito-viável”, demonstra a “crença no sonho possível”.

No contexto da pesquisa, o processo de inclusão foi estudado de forma sistemática e aqui apresentamos o estudo e reflexão dividida em três momentos, dentre os quais, no primeiro momento, há um apanhado geral sobre o estudo. No segundo momento, o método, procedimentos, recursos, procedimentos e plano de análise das informações. No terceiro momento a incursão teórica, os resultados e as discussões são apresentados, interpretados e associados à base teórica.

A pesquisa mostra que há uma política com proposta inclusiva no Brasil que, embora deficiente, busca orientar o processo de inclusão. Demonstra ainda, que pensar em inclusão significa repensar o sistema educacional. E,

aponta algumas conquistas: o coletivo precisa ser ouvido; a categoria inédito-viável deve ser compreendida como uma palavra-ação.

2. MÉTODO

Com o problema definido: Como acontece a inclusão escolar de educandos com Síndrome de Down em escolar regular? foi necessário demarcar um caminho que fosse o fio condutor no processo de investigação dessa pesquisa, para que, à luz da ciência, pudéssemos compreender o problema constituído.

Participantes: Assumido o rumo, este caminho permitiu um diálogo com professores, mães e colegas dos educandos com Síndrome de Down de maneira que possibilitou a compreensão da prática de inclusão percebida por eles na escola, como também, dentre outros aspectos, a possibilidade e consequência da inclusão, a prática utilizada no cotidiano da sala de aula, a formação do professor para a prática da inclusão, a percepção das mães sobre a educação do filho e a dos educandos sobre o colega com Síndrome de Down.

Recursos: Inicialmente, foi preciso compreender em que medida a inclusão contribui para a formação social e escolar a partir da perspectiva dos participantes envolvidos diretamente nesta análise. Para tanto, elaboramos registros descritivos (notas de campo) minuciosos do que foi observado, o que se mostrou uma ação enormemente delicada para a pesquisadora-observadora, frente a um objeto que se relaciona às emoções e sentimentos humanos, que faz a transmutação do físico para o emocional, envolvendo todos no seu entorno.

Procedimentos: Material organizado, traçamos um caminho investigativo na perspectiva qualitativa e fenomenológica. A pesquisa qualitativa, assim entendida, como em Bogdan e Biklen (1994:47-50):

Na investigação qualitativa a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal; A investigação qualitativa é descritiva; Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos; Os investigadores qualitativos tendem a analisar os dados de forma indutiva; O significado é de importância vital na abordagem qualitativa.

E a pesquisa fenomenológica, para melhor descrever as observações colhidas, pactua conforme Schultz e Schultz (2002: 318), “noção da percepção é subjetiva”. Esta noção – a da percepção - é antiga e não é exclusiva de Rogers. “Essa idéia, chamada fenomenologia, argumenta que a única realidade da qual podemos estar seguros é o nosso próprio mundo de experiências, a nossa percepção interna da realidade”. Os autores continuam esclarecendo que:

A abordagem fenomenológica na filosofia refere-se a uma descrição imparcial de nossa percepção consciente do mundo, exatamente como ele ocorre, sem nenhuma tentativa de nossa parte de interpretação ou análise. Na visão de Rogers, o ponto de vista mais importante sobre o nosso mundo experiencial é que ele é particular e, dessa forma, pode ser completamente conhecido somente por nós (SCHULTZ E SCHULTZ, 2002: 318).

É importante ressaltar, ainda sobre a perspectiva fenomenológica, que não existe objeto sem sujeito e sujeito sem objeto, ou seja, “o mundo do sujeito, as suas experiências cotidianas e os significados atribuídos às mesmas são, portanto, os núcleos de atenção da fenomenologia” (André, 1998:18), onde não existe, em momento algum, uma cisão, uma divisão precisa entre objeto e sujeito.

Fenomenologia para Minayo (2000:18) preconiza que é preciso penetrar no universo conceitual dos sujeitos para poder entender como e que tipo de sentido eles dão aos acontecimentos e às interações sociais da vida diária. É o sentido dado às experiências que constitui a realidade – a realidade socialmente construída. Daí a busca da pesquisadora, que tenta compreender o *sentido* do processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down em instituições escolares, enfatizando, nos discursos dos professores, pais e colegas a percepção de como se dá a prática de inclusão escolar para esses atores sociais.

Plano de análise das informações: Com as ferramentas adequadas, por meio de observação participante, entrevistas individuais, abertas/semi-estruturadas; registro de áudio e questionário semi-aberto principiámos a ler a prática pedagógica denominada inclusão no ambiente do cotidiano real de trabalho: a escola. Neste espaço, as situações, os problemas e os acontecimentos advindos da prática estiveram imersos num contexto, num

ambiente “natural”, ou seja, fora de um ambiente organizado artificialmente. Portanto, foram investigados em toda sua complexidade e entendemos que “as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência” (BOGDAN & BICKLEN, 1994: 48).

3. OBJETIVOS:

3.1 Geral: Compreender o processo de inclusão de educandos com Síndrome de Down em instituições escolares de Cacoal-RO

3.2 Específicos:

- ✓ Elencar as bases legais que norteiam a inclusão;
- ✓ Identificar os desafios e possibilidades do processo de inclusão.

4. INCURSÕES TEÓRICAS, RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Síndrome de Down tem sido assunto referendado em matérias jornalísticas, propagandas, filmes e novelas televisivas, o que demonstra que o assunto tem sido motivo para discussões no meio social. Não distante, a inclusão escolar de educandos com Síndrome de Down tem suscitado questionamentos prós e contras sobre o processo desde os anos 90, bem como a busca pela capacitação dos professores para praticá-la.

A Síndrome¹ é uma palavra originada do grego *sindrome* – que significa “reunião”, “concurso”. O estado mórbido caracterizado por um conjunto de sinais e sintomas e que pode ser produzido por mais de uma causa. Conjunto de características ou de sinais associados a uma condição crítica, suscetível de despertar reações de temor e insegurança.

O termo Down é sobrenome do médico e estudioso John Langdon Down que ofereceu grande contribuição ao estudo da síndrome, demonstrando

¹ De acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa,, 2ª edição, São Paulo: Editora Nova Fronteira , 2004,

as diferenças físicas e sua descrição da condição da pessoa com Síndrome de Down e também distinguindo essa das outras pessoas com deficiência mental.

No decorrer da história biológica e da evolução humana, aconteceram inúmeras mutações de genes e modificações cromossômicas, inclusive, aconteceram o desenvolvimento de doenças genéticas e desordens cromossômicas, como a Síndrome de Down. Pueschel descreve que:

O registro antropológico mais antigo da síndrome de Down deriva das escavações de um crânio saxônio, datado do século VII, apresentando modificações estruturais vistas com frequência em crianças com síndrome de Down (2003:45).

Essa descrição demonstra o quanto era perceptível a “diferença” apresentada por uma pessoa com Síndrome Down.

Nesse contexto, vários termos foram usados para referir-se à Síndrome de Down. Desde que foi descrita, existiam: idiotia mongolóide, imbecilidade mongolóide, cretinismo furfuráceo, criança mal-acabada, criança inacabada, entre outros.

Em 1956, aconteceu a descoberta que as células humanas possuíam 46 cromossomos e, em 1959, foi relatada por Lejeune, Turpin e Gautier, a presença de um cromossomo extra no cromossomo 21, caracterizando a trissomia 21 (Moscati, 1979 *apud* Saad, 2003: 43).

Dessa forma, a Síndrome de Down é a combinação específica de características fenotípicas que incluem retardo mental e uma face típica.

Segundo Schuwartzman (2003:3), as pessoas com Síndrome de Down resultaram do cruzamento das mulheres mais idosas da tribo dos Olmecas² com o jaguar, por isso eram consideradas ídolos religiosos e eram cultuadas e respeitadas como semi deuses.

A partir dessa contextualização, é importante verificar as características e aspectos relevantes da pessoa com Síndrome de Down sob a perspectiva da área médica e educacional.

Giavanoni (1994:13) destaca que a Síndrome de Down é um acidente genético e acrescenta ainda a consideração de que isso acontece por razão

² Tribo que vivia na região conhecida hoje como Golfo do México, entre 1500 a.C até 300 d.C. (SAAD, 2003:41)

biológica que ocorre na primeira divisão celular do zigoto. Nas células do ser humano, há 46 cromossomos ou 23 pares: 22 dos quais são autossômicos, ou seja, são determinantes das características do indivíduo e um é determinante do sexo.

De acordo com a literatura, a inclusão escolar da pessoa com deficiência tem evidenciado o importante papel que a escola tem sobre a mudança de paradigma, de concepção pois esta se constitui em um espaço de convivência com o “outro”, de experimentação de prática inclusivas.

Sobre a evolução do tratamento dispensado as pessoas com deficiência, Kirk e Gallagher (1996) apontam para um progresso, mesmo que lentamente, desde à época espartana, quando se matavam os bebês deficientes e deformados. Segundo os mesmos autores, historicamente podem ser reconhecidos quatro estádios de desenvolvimento das atitudes em relação a essas pessoas, são eles:

Primeiramente, na era pré-cristã, tendia-se a negligenciar e a maltratar os deficientes. Num segundo estágio, com a difusão do cristianismo, passou-se a protegê-los e compadecer-se deles. Num terceiro período uma educação à parte. Finalmente, na última parte do século XX, observa-se um movimento que tende a aceitar as pessoas deficientes e a integrá-las tanto quanto possível, na sociedade (KIRK E GALLAGHER, 1996: 6).

Neste percurso, principalmente no que se refere a Síndrome de Down, destacamos que o educando com Síndrome de Down apropriou-se dos seus direitos de acesso e permanência na escola, por ser uma questão de direitos humanos conquistados historicamente.

De acordo com a literatura sabe-se que o nascimento de uma criança com Síndrome de Down está relacionado à causas genéticas e a alguns sintomas, a exemplo a deficiência mental.

Neste sentido, destacamos que os educandos, de modo geral, aprendem de forma diferenciada, alguns com mais facilidade que outros da mesma idade e que, “consequentemente, têm dificuldades em se adaptar às demandas sociais” (KIRK e GALLAGHER, 2002:120).

Nesse contexto, houve inúmeras tentativas de profissionais nas áreas de medicina, psicologia, serviço social e educação, no sentido de ajudar os educandos considerados mais lentos, no sentido de definir *deficiência mental*.

Fonseca (1995:25) afirma que a pessoa deficiente é a que desvia da média, apresentando características mentais, aptidões sensoriais, características neuromusculares e corporais, comportamento emocional, aptidões de comunicação, múltiplas deficiências diferenciando de uma criança normal, o que justifica requerer a modificação das práticas educacionais no sentido de desenvolver as suas capacidades.

Para a Associação Americana de Deficiência Mental - AAMD, deficiência mental “refere-se a limitações essenciais no desempenho intelectual da pessoa”. Outra definição para deficiência mental apontada por Fonseca (1995:43), que está definida pela AAMD, diz que: deficiência mental é “a condição na qual o cérebro está impedido de atingir um desenvolvimento adequado, dificultando a aprendizagem do indivíduo”.

Diante das considerações acerca do fenótipo e da deficiência mental, são atribuídas erroneamente à criança com Síndrome de Down características como: afetividade, docilidade, amistosidade, bem como teimosia. No entanto, segundo Voivodic (2008:42), os estudos até então realizados “não confirmam que essas crianças tenham características comuns de comportamento e personalidade, o que não permite traçar um perfil identificador do portador da Síndrome de Down”.

A educação das pessoas com Síndrome de Down tem sido demonstrada a partir de pesquisas realizadas. Desta forma, ao se pensar na educação do indivíduo, no sistema educacional brasileiro, vê-se um quadro de grande complexidade no ensino, as muitas dificuldades para equacionar uma relação democrática, isto é, de garantir escola de qualidade para todos (MANTOAN, 2006:23).

Ao serem analisados os relatos das professoras, entendemos que os mesmos se confluem, ou seja, elas são unânimes em dizer que a inclusão tem aspectos positivo para todos, que há benefícios para a sociedade. No entanto, percebemos que existem resistências e efeitos cristalizados acerca das receitas prontas em educação. A inclusão versa sobre o singular, peculiar e a possibilidade de reeditar o fazer pedagógico. Nesse sentido, apontamos que, apesar das professoras demonstrarem que estão abertas à ação inclusivista, nem

todas acreditam estar aptas para este exercício. Fato este que também foi apresentado por Voivodic (2008:115):

[...] a falta de preparo e capacitação dos professores para lidar com a inclusão de crianças com deficiência em suas classes e a falta de um planejamento que tem caracterizado a inclusão em nossas escolas.

As professoras teoricamente sabem que é direito de todos, o acesso à escola, entendem também o que é democracia e que este posicionamento é fator imperativo para a inclusão na escola, embora não tenham assimilado os conceitos como ação política.

Infelizmente, ainda temos que concordar com o que Gómez e González Rey (2007:411) afirmam:

A exclusão acentua-se ainda mais quando os alunos são eximidos de seus deveres escolares e não têm um acompanhamento que lhes garanta progresso dentro de seus limites. Isso produz sentidos subjetivos que levam o aluno a vivenciar ansiedade, menos valia e insegurança, verdadeiras barreiras emocionais para o seu desenvolvimento.

O professor, como agente transformador, tem a capacidade de mobilizar, incentivar a mudança e a quebra de paradigmas. Todavia, diante de tanta responsabilidade e tão pouco apoio, vem a sentir-se, de certa forma, estático mediante a realidade.

Nos depoimentos, pudemos constatar também que as professoras ainda não se vêem capazes de incentivar a mudança de consciência, como agentes transformadores que são.

Quanto aos depoimentos das mães, estas destacaram os limites e possibilidades da inclusão de seu filho no contexto escolar, o que nos possibilitou compreender que normalmente os depoimentos das mães vêm carregados de preocupações, dor e conformação frente ao que acontece com seus filhos, no entanto, apresentam-se esperançosas frente à luta pelos direitos de seus filhos na escola comum, apesar de a escola pública aceitar um grande número de alunos em sala de aula, o que prejudica o ensino aprendizagem de todos os alunos. O que vem ao encontro do que Vygotsky *apud* Saad (2003) propõe, sobre a escola dever eliminar tudo o que agrava a deficiência e o atraso.

Com relação aos depoimentos das colegas dos educandos com Síndrome de Down, estas expuseram suas opiniões de forma sucinta, nos possibilitando entender que a situação de seus colegas com Síndrome de Down em sala de aula comum tem limites e possibilidades. Estas são as de conviverem com uma pessoa diferente e entenderem que seus colegas com Síndrome de Down tem os mesmos direitos que os seus. E aquelas, são as reações que ora seus colegas demonstram para com a turma.

Diante dos dados apresentados, podemos inferir que a construção do conhecimento sobre a compreensão do processo de inclusão de educandos com Síndrome de Down, através da percepção de professores, mães e colegas no sistema regular de ensino, constitui uma necessidade científica e social, uma vez que oferece subsídios para a caracterização e aperfeiçoamento de processos de inclusão escolar a partir do inédito-viável de Paulo Freire. Neste sentido, Marques (2006:228) afirma que:

Acreditar na transformação do mundo pelos caminhos freireanos, da comunhão, do diálogo, da conscientização e da libertação, é acreditar na capacidade de todos os seres humanos alimentarem juntos o ideal utópico da mudança, no qual a inclusão é, nos nossos dias, um dos maiores de todos os sonhos: uma realidade em que opressores e oprimidos se façam, de fato, livres dos elos aprisionantes do preconceito, da discriminação e da injustiça.

Assim, acreditamos, ser necessário ter esperança e acreditar na realização do sonho, tornando-o possível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a reflexão sobre o tema inclusão foi um grande desafio, frente a nossa própria posição política educadora. Sabemos o quanto a classe sofre em relação a uma política educacional inconstante e realizada com tão pouca ciência.

Pouca ciência exige muita criatividade e, diante do tema estudado, muito afeto e isso foi presenciado no coletivo que envolve os educandos com Síndrome de Down.

O embate sobre a inclusão aponta para o princípio da discussão, porém a base freireana foi um caminho seguro que nos auxiliou na descrição das situações, assim como a orientação para a pesquisa qualitativa e

fenomenológica, uma vez que sentimentos, emoções, o posicionamento do outro são indicativos subjetivos e, por isso mesmo, terrenos delicados.

É, conforme constatamos, um paradoxo nas ações e reações das professoras e colegas entre a aceitação e a rejeição, porque a mesma percepção que vê o indivíduo necessitando de inclusão e dá como resposta o afeto, a compreensão, a comunhão em determinadas atividades e brincadeiras, também há o desajuste, o deslocamento do educando com Síndrome de Down enquanto “educando” e “colega”.

Evidenciamos nos depoimentos e observações realizadas que o professor está sempre diante da situação-limite, não consegue promover a inclusão em seu sentido pleno. E se confessa impossibilitado de fazê-lo por inúmeros motivos, dentre eles, falta de habilidade, de capacitação, formação continuada, entre outros. O que para Edler Carvalho (2004:159) justifica-se por entender que a formação continuada é uma das estratégias que nos permite desalojar o estatuído, substituindo-o por novas teorias e novas práticas alicerçadas em outra leitura de mundo e, principalmente, na crença da infinita riqueza de potencialidades humanas (as nossas e as de nossos alunos).

Sem a pretensão de tornar estática a abordagem evidenciada neste estudo, propomos almejar algumas conquistas: o coletivo precisa ser ouvido, a categoria inédito viável deve ser compreendida como uma palavra-ação, bem como a adequação curricular e a acessibilidade devem ser ações contempladas no Projeto Político-Pedagógico das escolas.

Como a inclusão é um processo e como tal esta sendo implementado gradativamente no contexto social e escolar tem-se efetivado apenas pelo convívio de pessoas com deficiência, matriculadas e frequentando o ensino comum, usufruindo, assim, de um dos direitos que lhes são conferidos.

Nesta perspectiva, compreendemos que a inclusão tem acontecido, emerge devagar, incomoda, provoca pequenas mudanças e uma delas é a discussão que muitos estudiosos estão fazendo e esse é apenas um começo.

6. REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. Virtudes para um outro mundo possível. v. I, II e III, Hospitalidade & Dever de Todos. Petrópolis: Vozes, 2006.

BOGDAN, Robert; BLIKEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação, uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução: Maria João Álvares, Sara Bahia dos Santos, Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994

EDLER CARVALHO, Rosita. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1974/13 ed., 1994.

_____. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2003.

FONSECA, V. Educação Especial. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

GIOVANONI, G. M. Concepções de mães e professoras sobre o portador da *Síndrome de Down* 1994. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

GÓMEZ, A. D. & GONZÁLEZ REY, L. F. (2005, outubro-dezembro). Subjetividad: una perspectiva histórico cultural. Conversación con el psicólogo cubano Fernando González Rey. *Universitas Psychologia*, 4(3): 373-383. Disponível: <http://sparta.javeriana.edu.co/psicologia/publicaciones>. Acessado em: 04 de março de 2007.

KIRK, S. A. & GALLAGHER, J. J. Educação da criança excepcional. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. Caminhos Pedagógicos da Inclusão. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2001.

_____. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. – (Coleção cotidiano escolar).

MARQUES, Carlos Alberto. Uma Leitura da inclusão a partir do pensamento de Paulo Freire. Inter-Ação: Ver. Fac. Educ. UFG, Jul/dez. 2006

MENDES, E. G. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

MOSCATI, I.M.; BEÇAK, W,..Comportamento sexual e etiologia da síndrome de Down. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, v 8. n 4, 1997.

PESSOTTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PUESCHEL, S. M. Síndrome de Down: Guia para pais e educadores. 6ª ed. Campinas: Papyrus, 2002.

SAAD, Suad Nader. Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mito e preconceitos em relação a pessoa com Síndrome de Down. 1 ed. São Paulo: Vetor, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: Deficiência Mental ou Intelectual? Doença ou transtorno mental? Revista Nacional de Reabilitação, ano IX, n. 43, mar./abr. 2005, p. 9-10



SCHUTZ, Duane P. e SCHUTZ, Sydney Ellen. História da Psicologia Moderna. Ed. Cultrix, 2002.

SCHWARTZMAN, José Salomão. Histórico. In SCHWARTZMAN, José Salomão. Síndrome de Down. 2. ed. São Paulo Memmon, 2003.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. Inclusão escolar de Crianças com Síndrome de Down. Petrópolis: Vozes, 2004.

Recebido em 4/5/2009. Aceito em 30/7/2009.